

HABEAS CORPUS Nº 501.940 - GO (2019/0092681-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MARCOS SOUZA DO AMARAL
ADVOGADO : MARCOS SOUZA DO AMARAL - GO026468
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : L R L DE M

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de L R L DE M, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 217-A, *caput*, c/c art. 226, inciso II, ambos do Código Penal (e-STJ fls. 17/19).

Após regular instrução processual, sobreveio sentença que julgou improcedente a denúncia, absolvendo o paciente das imputações feitas pelo *parquet* estadual, por falta de provas suficientes para a condenação, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP (e-STJ fls. 310/317).

Todavia, após recurso interposto pelo assistente de acusação, o TJGO conheceu do apelo e deu-lhe provimento para condenar o paciente pelo delito de constrangimento ilegal, determinando a remessa dos autos ao Juizado Especial Criminal (e-STJ fls. 427/456).

O Ministério Público, por sua vez, interpôs recurso especial, requerendo fosse o paciente condenado nos termos da denúncia. A Presidência do Tribunal de origem admitiu o recurso, remetendo os autos a esta Corte Superior.

O REsp. n. 1.609.808/GO, de minha relatoria, foi conhecido e provido, no dia 27/6/2016, para "reconhecendo a prática do delito previsto no art. 217-A do Código Penal, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para que proceda à necessária dosimetria da pena".

A Corte local exarou despacho, intimando o paciente para que constitua novo defensor. Contudo, permaneceu inerte e seu patrocínio foi realizado pela Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Atendendo ao julgado desta Corte Superior, proferido no REsp. n. 1.609.808/GO, o TJGO julgou novamente a apelação interposta pelo assistente de acusação, dando-lhe provimento para condenar o paciente, nos termos da denúncia inicialmente ofertada, à pena de 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado. O acórdão transitou em julgado para a defesa.

Daí o presente *habeas corpus*, no qual o impetrante afirma nulidade absoluta do despacho proferido pela Corte local, capaz de anular a condenação imposta no 2º grau. Isso porque o paciente possuía advogado constituído nos autos, qual seja, o atual impetrante.

Explica que houve equívoco cronológico na juntada aos autos da procuração do atual patrono, tendo em vista que, no dia 4/2/2016 o paciente foi notificado extrajudicialmente da renúncia de seu antigo advogado constituído, Dr. Sarkis Borges Bucalen, e, no dia 5/2/2016, o paciente constituiu novo defensor.

Em síntese, aduz que "a renúncia do advogado que primeiramente atuava na demanda foi juntada muito depois da procuração de fl. 471 que constituía o novo causídico que abaixo assina a presente impetração." (e-STJ fl. 8), assim, o paciente teve desrespeitada a escolha de seu defensor, tendo o próprio órgão julgador definido arbitrariamente quem deveria patrocinar a sua defesa.

Pugna, liminarmente, pela suspensão do mandado de prisão expedido em desfavor do paciente, até o julgamento definitivo deste *habeas corpus*. No mérito, seja concedida a ordem para anular todos os atos processuais proferidos após o referido despacho de intimação do paciente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ausente o requisito do *fumus boni iuris* na presente impetração, uma vez que, por meio dos autos constantes no bojo deste *writ*, não há como se comprovar, de plano, a ilegalidade possivelmente praticada pelo Tribunal de origem.

Ademais, em que pese o esforço da combativa defesa, observo que a matéria objeto desta impetração não foi debatida pelas instâncias ordinárias, o que caracteriza, *a priori*, indevida supressão de instância, impossibilitando o exame inicial da matéria neste Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator